

## República Tupiniquim: os fins justificam os meios na condução da Política Econômica Brasileira?

Carlos Silva\*

Considerando o apreço e a admiração pelas obras que caracterizam o despertar humano em detrimento do torpor que se alastra globalmente, aquelas que não se prendem ao atual consenso híbrido entre o procrastinar constante e o resignar quase inconsciente, destaco a referência proeminente de Cervantes ao afirmar o compromisso desenvolvimentista em favor de uma contribuição crítica e dissonante da chamada sabedoria convencional.

A tragicomédia tupiniquim, uma interpretação brasileira da crise na ciência econômica e da falência do atual modelo de Estado, é uma constante negação dos valores ocidentais; em particular da virtude republicana entendida como não privar os cidadãos dos benefícios públicos.

Isto porque, no Brasil, há uma recorrente síndrome de alianças destinadas à defesa de interesses individualizados, corporativos, não fundamentados na Unidade do Estado e, por conseguinte, na Liberdade do indivíduo com compromisso social. Em outras palavras, perdura uma apatia de modelos de desenvolvimento dependente que aludem uma eterna busca pela Libertação Nacional, mas que apenas enaltecem a disparidade entre os países da Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão) e os periféricos e/ou emergentes.

Observem que, para comprovar tal proposição, vivenciamos diariamente, nos diversos meios de comunicação, uma constante interpretação da máxima de Machiavelli: “na conduta dos Homens, especialmente dos Príncipes, da qual não há recurso, os fins justificam os meios” (O Príncipe, Capítulo XVIII, § 5).

Reitero, se os fins justificam os meios, são nossos representantes políticos na condução das atividades do Estado brasileiro dignos de identificação com a máxima de Niccollò?

Vale a insistência, quando não há recurso, pois o cotidiano de escândalos atrás de escândalos, que evidenciam uma amálgama de insensatez com ineficiência na gestão da “Coisa Pública” no Congresso Nacional (leia-se corrupção), a relação harmônica entre vícios privados/benefícios públicos, não será eterna.

---

\* Economista formado pela PUC/SP e doutor pela Universidade de Leon, Espanha. Professor titular dos departamentos de Administração e Direito da Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE), além de Professor visitante do Centro de Estudos Brasileiros da Universidad de Salamanca.

Em outras palavras, a configuração de custeio na aplicação dos gastos públicos, não investimento real em Políticas Sociais – não confundir com “práticas assistencialistas”, tais como as contraditórias bolsas família, bolsa escola etc - terá, em médio prazo, um efeito devastador na Competitividade e, por conseguinte, nos alicerces da Política Econômica brasileira.

Isto porque, convivemos com uma síndrome de alianças destinadas à defesa de interesses individualizados, corporativos e não fundamentados na Unidade do Estado. Questão fundamental em Política e abarcada de forma contundente por Norberto Bobbio ao aliciar a tradição platônica de realização de justiça e defesa da liberdade (ver em “A teoria da formas de governo”, uma de suas obras mais célebres).

Deste modo, é proeminente resgatar que é responsabilidade do Estado promover o Desenvolvimento através de um exercício constante de estratégia racional em favor da redução das disparidades regionais e sociais associada ao recrudescimento da economia em seu tripé de sustentação: emprego, renda e produção. Em outras palavras, frente à complexidade tupiniquim, estabelecer o compromisso da República em resgatar o aprendizado da Virtude em consonância com a credibilidade das Instituições Políticas.

Não podemos olvidar, como alertava o Professor Celso Furtado, um brasileiro singular que não deixava escapar o compromisso com a construção de um Projeto Político Comum de Nação, que “a dimensão política do processo de desenvolvimento é incontornável (...) que o avanço social dos países que lideram esse processo não foi fruto de uma evolução automática e inercial, mas de pressões políticas da população” (UNCTAD, junho de 2004). Não adianta, todavia, confrontar tais conjecturas com a “estabilidade da economia” alcançada com o combate aos índices de inflação exponencial. Sabemos, conforme delineado pelo próprio Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), que os resultados da economia brasileira são dependentes de um aparente cenário positivo global. Não alcançou os indicadores mínimos do PIB, não obstante, permanece estagnado em 2,5% de crescimento econômico nos últimos 15 anos (segundo dados do banco Central - IBGE/BACEN, 2007).

Uma vitória de Pirro, como diria Celso Furtado, pois “o verdadeiro desenvolvimento – não apenas o crescimento econômico, que resulta da mera modernização das elites – só pode existir ali onde houver um projeto social subjacente (...) é só quando prevalecem as forças

que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento” (em “Metamorfozes do Capitalismo”).

Em recente relatório divulgado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), intitulado “Panorama Econômico 2007”, nas referências sobre a economia brasileira encontramos uma confirmação das proposições de Furtado. O alerta é simples, se o Estado brasileiro não racionalizar o gasto público – entendido como custeio e não investimento em melhorias contínuas para promover vantagens competitivas reais – o País terá sérios problemas para manter a aparente sustentabilidade do PIB em longo prazo, ampliando a desigualdade social inerente entre os distintos matizes da sociedade. Para os organizadores do relatório, “os esforços para controlar o aumento do gasto permanecem tímidos”.

Retomando nossa hipótese central, como há recurso, será que a solução para o problema da usurpação dos direitos republicanos, da emancipação da subserviência mental e física que abate a sociedade brasileira, é um amplo movimento de revolta popular? Creio que, por enquanto, não. Pois há outro recurso: enquanto existir o compromisso de revolucionar o Estado de Direito, os fins justificam os meios.

Afinal nós sabemos ou não para onde queremos ir? Se não, parafraseando o conto de Carroll – será que a República brasileira é uma alegoria tupiniquim do seu país das Maravilhas? -, para que determinar o caminho mais curto e, como comprovado pelos próprios idealizadores do “**Consenso** de um Homem só de **Washington**”, penoso e devastador da esperança nacional em obter Liberdade e Justiça Social?

### **Referências**

BANCO CENTRAL DO BRASIL – <http://www.bancocentral.gov.br>.

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. Brasília, UnB, 1988.

FURTADO, Celso. *Metamorfozes do capitalismo*. Disponível em <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx>>. Acesso em 01 de dezembro de 2007.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo, Martin Claret, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO – <http://www.mdic.gov.br>.